



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE, AUSTELINO CORREIA, NA SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO “ANÁLISE E AVALIAÇÃO ORÇAMENTAL, COM ENFOQUE NO GÉNERO”

Assembleia Nacional, 2 de maio de 2022

Senhora Embaixadora da União Europeia,

Senhora Representante Residente do Sistema das Nações Unidas,

Senhoras e Senhores Membros da Mesa da Assembleia Nacional,

Senhores Líderes Parlamentares,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Quadros Dirigentes, Técnicos e Administrativos da Assembleia Nacional, participantes neste evento,

Senhoras e Senhores Representantes da Comunicação Social,

Digníssimos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome da Assembleia Nacional de Cabo Verde, saúdo a todas e a todos aqui presentes neste seminário cujo tema é “*Análise e Fiscalização Orçamental com Enfoque no Género*”, desejando uma boa e agradável estadia nesta casa representativa de todos os cidadãos cabo-verdianos, casa da democracia e da liberdade e, por conseguinte, da igualdade e equidade de género.

De igual modo, faço votos para que este evento seja coroado de sucessos e os objetivos traçados sejam plenamente alcançados em prol do desenvolvimento sustentado do nosso país e de toda a CPLP.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Antes de prosseguir, permitam-me que destaque duas organizações amigas e parceiras: a União Europeia e as Nações Unidas, pelo apoio consistente e continuado que têm dispensado a Cabo Verde. Através das suas digníssimas representantes, também presentes neste ato, a Senhora Embaixadora da União Europeia e a Senhora Representante Residente do Sistema das Nações Unidas, respetivamente, apresento os sinceros agradecimentos, augurando um futuro de cooperação cada vez mais sólida e benéfica para todas as partes.

Ao nível da Assembleia Nacional, essa cooperação tem sido, nos últimos anos, através do projeto Pro PALOP-TL que tem desempenhado um papel importante para Cabo Verde, restantes PALOP e Timor-Leste, o que nos tem permitido fortalecer a nossa cooperação, promover a transparência na gestão da coisa pública, facilitar a aproximação normativa entre os nossos Estados, promover a igualdade de géneros e atualizar, permanentemente, os conhecimentos e boas práticas particularmente em matérias de fiscalização, transparência e boa governação. Trata-se de um grande e excelente projeto que deve continuar e abranger outras áreas de intervenção parlamentar, permitindo este e seus principais atores desempenhar a um nível cada vez mais elevado todas as suas funções.

Distintas personalidades,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Mais uma vez, nos reunimos à volta da questão do género, numa ação de informação e capacitação, desta feita destinada ao controlo orçamental com enfoque no género, atividade que nos permite avaliar se os orçamentos públicos estarão a contribuir para a realização da igualdade entre mulheres e homens.

Espera-se que deste encontro que se debruça sobre este importante tema, saiam *inputs* técnicos que servirão de suporte para a atividade fiscalizadora da Assembleia Nacional, na matéria.

Em Cabo Verde, desde os primórdios da independência, a questão da igualdade de género foi posta na ordem do dia. Os governantes, de então, foram imediatamente interpelados pela gritante desigualdade entre mulheres e homens reinante na sociedade.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

As diferenças no acesso a oportunidades, a serviços e a bens, entre os géneros, eram de tal forma evidentes e marcantes que, desde logo, se tornou necessária uma intervenção política e governativa tendente a estabelecer algum equilíbrio numa organização social, onde a mulher era desfavorecida e negativamente discriminada nos acessos:

- à educação,
- ao ensino,
- à saúde,
- ao emprego,
- à posição social,
- à participação política
- e a boa parte de outros bens e serviços disponibilizados pelo Estado e pela sociedade.

Cedo se percebeu que esta seria uma luta longa, cuja duração dependeria, não apenas, da vontade política, mas, também, da capacidade para mobilizar recursos e parcerias que permitissem um empoderamento dos mais desfavorecidos e uma luta efetiva pela igualdade de géneros.

Cabo Verde era e é um país carente de recursos naturais. A única forma de aspirarmos ao desenvolvimento, residia e reside na valorização do nosso capital humano. Portanto, mais do que uma questão de direitos, a luta pela igualdade de género era e é uma questão de aproveitamento, sem discriminação, de todo esse capital humano.

A ação fundamental é empoderar as mulheres, criar-lhes oportunidades e estruturar o Estado para, legal e efetivamente, promover a igualdade de género.

Com o advento da democracia, em 1991, e a adoção da primeira Constituição Democrática cabo-verdiana, em 1992, os governos passaram a ter um papel de primeiro plano na promoção da igualdade de género. Passou a ser Tarefa do Estado “... *remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os fatores de discriminação da mulher na família e na sociedade*” (alínea e) do artigo 7º da CRCV).

Aliás, em todo o corpo da Constituição se enfatiza a questão da igualdade entre os cidadãos, deixando intrínseca a ideia da necessidade de se lutar contra todos os tipos de discriminação, incluindo a baseada no género.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Facto que o comando do artigo 88º vem enfatizar e clarificar quando diz, no seu nº 2, “o Estado tem o dever de velar pela eliminação ... da discriminação da mulher e de assegurar a proteção dos seus direitos...”

Com esta Constituição e com as condições proporcionadas por um ambiente internacional sensível à problemática do género, de 1991 a esta parte, os sucessivos governos democráticos de Cabo Verde agiram no sentido da igualdade de género, adotando políticas que foram diminuindo as desigualdades entre mulheres e homens, tornando a sociedade mais igual, mais tolerante, mais pacífica, mais pujante, mais justa, mais equilibrada e mais harmoniosa. Políticas que foram verdadeiros instrumentos de luta contra a pobreza e a exclusão.

Inúmeras foram as conquistas. Não as vou citar todas.

Queria ressaltar apenas duas das mais recentes, pelo impacto que tiveram e estão a ter na sociedade cabo-verdiana:

- a lei da VBG e a lei de Paridade.

A primeira constitui um evidente instrumento de ação e de educação na luta contra a violência baseada no género, especialmente praticada no seio familiar e, maioritariamente, exercida sobre as mulheres. A sua aplicação fez aumentar as denúncias e as ações de prevenção e dissuasão. As instituições se estruturaram para dar respostas à problemática e prevê-se mudanças profundas na sociedade, nesta matéria.

A segunda veio permitir o equilíbrio necessário entre mulheres e homens na política e na administração do Estado. Os seus efeitos já são visíveis, como ficou comprovado com os resultados das últimas eleições autárquicas e legislativas, pelo aumento da percentagem de mulheres nas listas e eleitas, pese embora ainda não a desejável.

Ilustres convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Muito já se fez e vem sendo feito, mas ainda há vários desafios a vencer.

Continuam visíveis os apetites para violar direitos e impor regras discriminatórias, especialmente em períodos de crise. As escolas ainda não assumiram, curricularmente, a questão da igualdade de género. Faltam mecanismos de fiscalização e avaliação da ação do Estado.



ASSEMBLEIA NACIONAL

O Presidente

Faltam critérios mais objetivos de distribuição dos recursos e padrões de medição dos impactos das medidas adotadas.

Nesse sentido, devem ser encorajados os esforços para colmatar as insuficiências e avançar.

O processo de orçamentação sensível ao género, iniciado, deve continuar.

A socialização dos marcadores de avaliação dos impactos deve ser acelerada.

Os órgãos de fiscalização das execuções orçamentais, como é o caso do Parlamento, devem apropriar-se mais e melhor dos mecanismos em presença.

Precisamos todos, pois, de nos capacitar, socializando parâmetros, conceitos e procedimentos.

Daí a importância deste seminário.

No dia de hoje, teremos (governo e parlamento) a oportunidade de dialogar, de partilhar conceitos já definidos e experiências já vividas neste curto percurso de orçamentação sensível ao género.

Será um momento para nos questionarmos sobre como continuar a trilhar, de forma positiva, este percurso de igualdade e equidade de género.

Será, igualmente, uma oportunidade de apropriação de conceitos e procedimentos, lançados e testados em Cabo Verde no quadro do projeto Pro PALOP-TL ISC, reconhecidos pela União Europeia e pelo Sistema das Nações Unidas, e alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que todos assumimos.

Razões de sobra para acreditar que será uma boa jornada de trabalho e um excelente momento de aprendizado mútuo e de discussão frutífera.

Declaro, por isso, aberto o Seminário ***“Análise e Fiscalização Orçamental com Enfoque no Género”***, desejando-vos um bom dia.

Muito Obrigado.